Volume 19 Issue 42
Originally issued as C4



Global Journal of human-social science: C
Sociology & Culture
Volume 19 Issue 4 Version 1.0 Year 2019
Type: Double Blind Peer Reviewed International Research Journal
Publisher: Global Journals
Online ISSN: 2249-460X & Print ISSN: 0975-587X

Da Periferia À "Última Rua": A Fronteira Entre Negros Estabelecidos E Jovens Negros Não Integrados Na Sociedade Brasileira

By Simone de Loiola Ferreira Fonseca

Abstract- We bring to this article some data, concepts and thoughts we have built up during our academic researchers from (UFU, 2007) to Post-Graduation (UNESP, 2010, 2018) and works with civil society in the cities of Araraquara (PMA, 2008) and São Paulo (CASA, 2013) with young people in conflict to the law in the social, political and economic dynamics built up in the Brazilian society based on the foundation of cultural diversity aroused in us questions about the condition of group vulnerability in which the (re-) knowledge (HONNETH, 2003; BAUMAN, 2000) of one, when we seek to understand historicity (ELIAS, 1994), from the critical theoretical point of view (NOBRE, 2003), of what these subjects are, can be the key to the integration and just development of Blacks in Brazilian society.

Keywords: *established blacks; black youths not integrated; recognition; immigration process.*

GJHSS-C Classification: *FOR Code: 160899*



Strictly as per the compliance and regulations of:



© 2019. Simone de Loiola Ferreira Fonseca. This is a research/review paper, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-Noncommercial 3.0 Unported License http://creativecommons.org/licenses/by-nc/3.0/), permitting all non-commercial use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Da Periferia À "Última Rua": A Fronteira Entre Negros Estabelecidos E Jovens Negros Não Integrados Na Sociedade Brasileira

Simone de Loiola Ferreira Fonseca[1]

Abstract- We bring to this article some data, concepts and thoughts we have built up during our academic researchers from (UFU, 2007) to Post-Graduation (UNESP, 2010, 2018) and works with civil society in the cities of Araraquara (PMA, 2008) and São Paulo (CASA, 2013) with young people in conflict to the law in the social, political and economic dynamics built up in the Brazilian society based on the foundation of cultural diversity aroused in us questions about the condition of group vulnerability in which the (re-) knowledge (HONNETH, 2003; BAUMAN, 2000) of one, when we seek to understand historicity (ELIAS, 1994), from the critical theoretical point of view (NOBRE, 2003), of what these subjects are, can be the key to the integration and just development of Blacks in Brazilian society[1].

Keywords: established blacks; black youths not integrated; recognition; immigration process.

Resumo- Trazemos para este artigo alguns dados, conceitos e reflexões que temos construído ao longo de nossas pesquisas acadêmicas ainda na Graduação (UFU, 2007) à Pós-Graduação (UNESP, 2010, 2018) e trabalhos junto à sociedade civil nas cidades de Araraquara (PMA, 2008) e São Paulo (CASA, 2013) com jovens em conflito com a lei em que, a dinâmica social, política e econômica construída na sociedade brasileira com base e fundamentação na diversidade cultural despertaram em nós questionamentos acerca da condição de vulnerabilidade de grupos em específicos – jovens, negros, imigrantes, empobrecidos – em que, o (re) conhecimento (HONNETH, 2003; BAUMAN, 2000) dos mesmos, ao buscarmos entender a historicidade (ELIAS, 1994), a partir do ponto de vista teórico crítico (NOBRE, 2003), do que são estes sujeitos, pode ser a chave para integração e justo desenvolvimento dos negros na sociedade brasileira.

Palavraschave: negros estabelecidos; jovens negros não integrados; reconhecimento; processo imigratório.

I. Introduction

Nesse artigo buscamos mostrar o quantoos jovens negros na sociedade brasileira estão situados em uma realidade social adversa em decorrência tanto da violência institucional, do racismo estrutural e da privação de liberdade que são vítimas justamente por suas histórias socioculturais, mesmo considerando que há uma "historicidade em cada indivíduo" (Elias, 1994, p. 25). Além do que devemos ponderar a partir de Elias (1994) que as perspectivas para um jovem negro na sociedade brasileira são de oportunidades relativamente mais fechadas do que para a maioria dos outros jovens, no caso se ele vier e residir em um campo de transição entre a vida no meio rural e da vida no espaço da urbanidade, isto é na periferia ou no subúrbio, eles estarão com redução constante de oportunidades sociais, especialmente na realidade social em que estamos vinculadas ao reconhecimento pautado pelo consumo nas sociedades capitalistas digitais e globalizadas.

Esse diálogo com Elias em "Sociedade dos indivíduos" (1994) nos remete ao intercambio conceitual que fazemos com a obra de Pierre Bourdieu, "A distinção: crítica social do julgamento" (2007) ao abordar o conceito de habitus. Daí considerarmos como o faz Elias (1994, p. 152):

> Atualmente a compulsão exercida pelo habitus social adaptado às nações singulares é vista por muitos como algo tão esmagador e inelutável que eles o tomam por certo, como inerente à natureza, à semelhança do nascimento e da morte. As pessoas não pensam a seu respeito. Como tema de pesquisa, esse habitus e seus aspectos coercitivos permanecem basicamente não-investigados. Fazem parte da realidade da existência social. A idéia de que possam modificar-se é considerada ingênua. Mas as imposições do habitus social são criadas pelos seres humanos.

Já a partir de Bourdieu (2007) verificamos que o habitus tem em si sua base coercitiva como já fora anunciado por Elias (1994), mas com ele (Bourdieu) foi profundamente investigado. Desta maneira, compreendemos que o habitus está presente na vida das pessoas de maneira material e simbólica, sendo um poderoso marcador social e ideológico distribuído em três dimensões "clássicas": o econômico, o cultural e o social. O habitus constrói as distinções sociais e através dos gostos, por exemplo, também distinguimos os grupos, seus valores, suas condutas, seus comportamentos e suas classes sociais.

Com Elias (1994) e Bourdieu (2007) estabelecemos que os negros estabelecidos e os jovens negros não integrados nas cidades de

Author: e-mail: sferreira77@gmail.com

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus Araraquara. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

© 2019 Global Journals

Araraquara, Uberlândia e São Paulo mencionadas nesse artigo estão em situações sociais, culturais, econômicas distintas e possuem gostos, condutas, comportamentos e atitudes que são construídas a partir de suas relações em grupo, tanto nas suas interações endógenas como nas exógenas. Para além de Elias (1994) e Bourdieu (2007), fizemos uma aproximação, mesmo que breve com HomiBhabha (1998), especialmente quando o mesmo aborda as violências, os preconceitos e as metanarrativas globalizantes das culturas hegemônicas que deslegitimam os discursos e as culturas locais presentes na periferia do mundo capitalista, longe do espaço urbano e do poder. No entanto, a maior aproximação teórica ou apropriação epistêmica que fizemos nesse artigo é com Axel Honneth (2003) e sua teoria crítica para entendermos melhor a realidade social dos negros (estabelecidos e não integrados) no Brasil, em especial nas cidades mencionadas acima.

Assim, salientamos que esse artigo é produto da leitura e reflexão realizadas durante as aulas da disciplina "Teorias Sociais" ministrada pela Profª. Drª. Renata Medeiros Paoliello do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Campus Araraquara, das hipóteses e dos diálogos que estabelecemos com a nossa tese de doutorado e, ainda, dos dados que colhemos e das observações participantes que realizamos junto às crianças e adolescentes do projeto Reciclando Vidas da Prefeitura Municipal de Araraquara (2008), na Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo do Estado de São Paulo (Fundação Casa) também no município de Araraquara (2013), bem como de entrevistas realizadas na cidade de Uberlândia durante pesquisa acadêmica iniciada no Mestrado (2010) que mostraram para nós que os diferentes processos migratórios na história brasileira, sejam pelo transladado de maneira compulsória durante a migração de negros escravizados do continente africano para o Brasil (RIBEIRO, 1995), seja nas migrações internas que ocorreram ao longo da história brasileira em diferentes contextos que procuraremos abordar aqui, têm resultado numa "não integração", em "não reconhecimento" entre "negros estabelecidos" e "jovens negros não integrados" que compõem a sociedade brasileira em seus diferentes tempos (FERREIRA, 2010).

Nesse caso, procuraremos explorar o contexto social contemporâneo no qual esses sujeitos estão inseridos a partir do seguinte questionamento: se houvesse "o *reconhecimento*" por parte dos "Negros estabelecidos" em relação aos "Jovens Negros não integrados" que se encontram às margens da periferia da organização social com tudo aquilo que acompanha tal condição – o não acesso à educação, ao trabalho com dignidade, o conflito com a lei, a privação da liberdade – teríamos maiores possibilidades para a construção de capital cultural, social, político e econômico aos Negros como um todo na sociedade brasileira para que, assim, possam ter de maneira mais justa e igualitária, o acesso às melhores oportunidades de desenvolvimento humano?

Para tanto, abordaremos nesse artigo, primeiramente, o que chamamos de "Negros estabelecidos" e de "Jovens Negros não integrados"; a partir do que entendemos por um indivíduo jovem no Brasil, em que buscaremos entendê-lo por sua historicidade, de tudo o que atravessa desde o nascimento até a idade adulta. Em seguida, traremos uma discussão sobre a importância de pensarmos essa categoria a partir do ponto de vista teórico crítico de que devemos entendê-los como são e não como deveriam ser (NOBRE, 2003), saindo assim da lógica de reprodução de conhecimento (BOURDIER, 1982) ao analisar o contexto global, nacional, a realidade social contemporânea em que estão inseridos nessa condição de "não reconhecimento" (HONNETH, 2003), de "não compartilhamento" da identidade social (HALL, 2005) entre sujeitos pertencentes a um mesmo grupo etnicorracial: os negros.

II. Como Conceituamos *ser Jovem* no Brasil

Segundo a Organização das Nações Unidas, *Jovem* é a pessoa que se encontra entre o período da infância até a vida adulta. A idade propriamente dita pode variar dos 10 anos aos 29 anos[2], isso depende de vários aspectos como a maturidade física, psicológica, as relações sociais estabelecidas com as demais pessoas de convivência em que, por si só, ninguém deixa de ser criança e se transforma num adulto e também, não é só uma questão de maleabilidade e de ser adaptável - algo que as crianças são bem mais que os adultos - pois embora dependam do meio e do outro para se adaptar e então se desenvolver, há instintos e afetos que, por natureza se orientam pelo outro, pelo adulto, que o corresponde e o satisfaz colaborando assim para seu crescimento (ELIAS, 1994). De acordo com Norbert Elias (1994)

> (...) o indivíduo sempre existe, no nível mais fundamental, na relação com os outros, e essa relação tem uma estrutura particular que é específica de sua sociedade. Ele adquire sua marca individual a partir da história dessas relações, dessas dependências, e assim, num contexto mais amplo, da história de toda a rede humana em que cresce e vive. Essa história e

[2] Estendemos aqui a variável para nos dirigirmos aos jovens à idade entre os 10 anos e 29 anos devido às diferentes citações em artigos publicados pela ONU quando dizem respeito a jovens. Ora mencionam idades entre 10 anos e 23 anos ora mencionam entre 15 anos e 29 anos principalmente após a aprovação do Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013) em 2013 que assim classifica a população brasileira com a referida idade como jovens. Acesso em: <https://nacoesunidas.org/docs/juventude/>. Disponível: 10/12/2018

© 2019 Global Journals

> essa rede humana estão presentes nele e são representadas por ele, quer ele esteja de fato em relação com outras pessoas ou sozinho, quer trabalhe ativamente numa grande cidade ou seja um náufrago numa ilha a mil milhas de sua sociedade (ELIAS, 1994, p. 27)

Nesse sentido, os indivíduos que trazemos aqui para discussão e que tivemos contato em nossas pesquisas, ainda no período da graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Uberlândia (2007), embora fizéssemos naquele momento um recorte etário – dos 12 aos 18 anos - baseados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2003), encontramos algumas variáveis que coincidem com dados e informações que obtivemos nas pesquisas de Mestrado na Universidade Estadual Paulista (2010), nos trabalhos realizados junto à Prefeitura Municipal de Araraquara (2008) com jovens em situação de risco e também no Centro de Atendimento Socioeducativo do Estado de São Paulo (2013) com jovens em atendimento de medida socioeducativa de semiliberdade e nos diálogos que estamos fazendo, neste momento, em decorrência de nossa pesquisa de Doutorado.

Os pontos coincidentes estão na cor da pele: a maioria é negra. Sexo masculino. As idades variam entre 12 e 21 anos. Não nasceram nas respectivas cidades em que estavam sendo atendidos na ocasião de nossas pesquisas, ou seja, são imigrantes. Baixa escolaridade em que cursaram os primeiros anos do Ensino Fundamental apenas e se encontravam evadidos da escola. Desempregados. Alguns já são pais e têm envolvimento com o tráfico e/ou uso de drogas ilícitas (FERREIRA, 2007; 2010; PMA, 2008; CASA, 2013). Estes dados nos levaram a pensar o que é ser *jovem* num grupo que se encontra em situação de risco, sob condições sociais, econômicas e políticas bastante vulneráveis, mas com aspectos culturais passíveis de investigação, pois é onde demonstram certa peculiaridade e por onde podemos melhor conhecê-los.

É importante salientar que esses jovens estão submetidos a diversas condicionantes sociais, tais como a necessidade de ingressar no mercado de trabalho e/ou em atividades que visam à geração de renda. Com isso se assume outras responsabilidades, são informados por vários fatores culturais que o circundam, tais como a educação, a instrução, a socialização estabelecida e até mesmo o acesso e a interação com os recursos tecnológicos disponíveis hoje. Esses condicionantes sociais alteram, principalmente, o tempo em que se vive "o ser jovem". Assim, as juventudes são influenciadas social e culturalmente, sofrem fortes variáveis de acordo com a época em questão. Lembrando ainda que, nem todos vivem a juventude da mesma forma (DOUTOR, 2016).

Ou seja, dentro de um mesmo tempo, espaço, podemos encontrar indivíduos que vivenciam os aspectos citados acima de maneira bastante variável com seu modo de vida. O que é importante frisar em Ciências Sociais é que, *Jovem*, é uma categoria social a qual não devemos "fechar" em argumentos centrados única e exclusivamente na faixa etária, ou seja, no aspecto físico-temporal. É preciso considerar todos os aspectos que variam muito de indivíduo para indivíduo, pois nas Ciências Humanas, nas Sociais mais especificamente, o processo de socialização intensifica-se, já que é o período da vida em que o indivíduo, na sociedade ocidental industrializada, prepara-se para a produção e reprodução da vida (ABRAMO, 2005).

Justamente por ser esse o momento da vida em que os indivíduos passam a ser sujeitos de sua existência, o processo identitário ganha elementos de autonomia com um salto qualitativo no desenvolvimento humano, o aparelho fisiológico adquire poder de reprodução, o cérebro amplia sua capacidade sináptica, a presença no mundo é cercada cada vez mais de exigências por uma opinião própria e não mais tutelada (TRANCOSO & OLIVEIRA, 2016); as demandas se ampliam, o mercado o assedia para consumir.

Dessa forma, começa a despontar problemas de ordem social, como o desemprego, a vulnerabilidade que o expõe às situações de violência urbana, drogas, gravidez não planejada; etc... à partir de então, a definição de "Jovem" passa a ser preocupação de diversas áreas de conhecimento, que tentam defini-lo, dentro de um padrão conceitual ocidental mas que, nem sempre apreende a realidade desse contingente em toda a sua diversidade.

Sendo assim, o que se deve fazer é atentar à realidade como ela é, na qual esses sujeitos existem e a interação que têm com a mesma. No caso brasileiro em específico, essa população entre 15 e 29 anos mencionada no Estatuto da Juventude compreende um quarto da população total do Brasil; ou seja, em média somam 52, 5 milhões de pessoas jovens. Dessas, só para citar alguns dos problemas mais graves, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas) dos 60 mil homicídios que ocorrem anualmente no país 54, 1% têm por vítima pessoas de 15 a 29 anos. Dessas, 71% são negros e negras (ONUBR, 2018); ou seja, os jovens são as maiores vítimas de homicídios em nosso país; portanto, alvo de preocupação, de estudos, pesquisas e políticas públicas voltadas à enfrentar este como tantos outros que envolvem esta população em específico.

III. "Negrose Negros" no Brasil: uma Categoria a ser Estudada em sua Diversidade

Em nossos trabalhos tratamos especificamente do "jovem negro". Todavia, tanto de nossa parte enquanto pesquisadora e/ou agente de atendimento a esse público quanto por parte dos sujeitos pesquisados

© 2019 Global Journals

e/ou atendidos no momento de nossa interação com os mesmos não ouvimos "falas" sobre o fato da presença majoritária dos jovens nos espaços trabalhados serem negros (FERREIRA, 2007; 2010; PMA, 2008; CASA, 2013).

Contudo, nos sentimos instigados a questionar sobre essa presença majoritária de jovens negros em situação de vulnerabilidade e até mesmo, privados de sua liberdade. Esse fato nos levou a estudar sobre a questão etnicorracial no Brasil, já no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Araraquara entre o período de 2008 a 2010.

Então, já na pesquisa de Mestrado, é que aprendemos um pouco sobre o que é e, quem é o "negro" no Brasil. Para tanto, vimos à necessidade de recorrer aos estudos de Nina Rodrigues (1957), Artur Ramos (1956) para melhor entendimento não só do conceito, mas também da causa do negro no Brasil desde a sua origem em território brasileiro para entendermos o contexto atual.

Ao falarmos da origem dos negros na sociedade brasileira, a história que se retoma é sobre o processo de escravidão que traz, de forma compulsória, africanos escravizados para o Brasil. A história, ainda, relata sobre o fato de serem denominados apenas "negros" em que, ao serem expropriados de suas terras, de suas origens, perdem suas nacionalidades, seus pertencimentos etnicorraciais (RAMOS, 1956) e com isso seu enfraquecimento e submissão à escravidão.

Todavia, ao melhor explorarmos os registros históricos, encontramos importantes dados que devem ser levados em profunda consideração a fim de entendermos diferenças que podem ser "chaves" para o entendimento do processo de formação da atual população brasileira com todos os seus princípios e valores na construção de políticas de reconhecimento entre diferentes grupos, inclusive, etnicorraciais.

A saber, os estudos realizados nas obras Nina Rodrigues (1957) e de Artur Ramos (1956) apresentam de maneira geral as origens das etnias advindas de diferentes culturas africanas para o Brasil. Verificamos que a maioria das pessoas que foram transladadas para o Brasil no período escravista tem origem nas *Culturas Bantu* e provenientes dos atuais países: Angola, República Democrática do Congo e Moçambique. Elas legaram ao Brasil expressões culturais de resistência, tais como *o Congado.* As organizações sociais e artísticas baseadas em festas, na culinária caseira sendo que, até os dias atuais, estas manifestações fazem parte do tradicional calendário cultural das cidades do interior paulista, de Goiás e, sobretudo de Minas Gerais, especialmente na região do Triângulo Mineiro onde pesquisamos a questão do negro.

É importante frisar que, para além de tudo o que foi a escravidão para essa população de Uberlândia datada de 1835 [3] quando chegam acompanhando a família de Luiz Alves Carrijo durante a distribuição de novas cartas de Sesmarias à região do Triângulo Mineiro, somente em 1864[4]tiveram registro na história oficial enquanto sujeitos de sua história. Todo o sofrimento vivenciado deixa marcas socioculturais nas gerações posteriores de negros que advém desse "primeiro processo" imigratório nessa cidade do Triângulo Mineiro. A discriminação do período pós-abolicionista que ignorou sua existência, associando sua imagem à mendicância, à vadiagem, à criminalidade, à pobreza, à sujeira, não sendo assim, absolvidos pelo mercado de trabalho passando a sofrer das consequências do desemprego, do desprezo social, político e econômico em detrimento à valorização da mão-de-obra imigrante europeia, em que se buscava o ideal europeu para a modernização e desenvolvimento urbano tão esperado pela sociedade brasileira já no século XIX (RAMOS, 1956; FERNANDES, 1978).

É importante lembrar aqui sobre o alicerce do projeto ideológico brasileiro que determinou uma série de valores, costumes, hábitos e cultura (BOURDIEU & PASSERON, 1982) que deveriam ser hegemônicos ao direcionar as relações na sociedade brasileira vigente da época. Todos (as) aqueles (as) que não seguem esse padrão eurocêntrico - o outro, o diverso - que por diferentes razões, mas principalmente por não pertencer à mesma raça (constituição hereditária e física de um segmento social), do mesmo grupo étnico (grupo de família da mesma descendência e tradição) e/ou mesma etnia (que além de abranger o grupo com as mesmas características físicas, engloba as culturais) são estereotipados e sofrem dos preconceitos e discriminações impostos pelo grupo dominante (NOGUEIRA, 1985).

Nesse sentido, a aparência física do indivíduo - o tipo de cabelo, os traços negróides, a cor da pele -, e, ainda, o comportamento, os gestos, o sotaque passam a ser marcas associadas à pobreza, à violência e à inferioridade em relação aos brancos, (FERNANDES,

[3] As informações da dinâmica da formação populacional do município de Uberlândia e região do Triângulo Mineiro bem como dos demais municípios da sociedade brasileira, marginalizam os "diferentes" (negros, indígenas, imigrantes nordestinos) que também são responsáveis pela construção do desenvolvimento deste país, mas não aparecem em sua história oficial. Esta realidade aparece contada na história oficiosa por pesquisadores do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia – Maria Clara Tom az Machado (1990) e Cláudio Alves de Sá (1997).

[4] Como relatado em nota anterior e as estatísticas populacionais da época mostram que os negrossó surgem nos documentos oficiais a partir de 1864, em livros de registro de Batismo, por exemplo. Antes disso, só se mencionava o fato de "alguns negros vir acompanhando famílias" (FERREIRA, 2010 apud Arquivo Público Municipal de Uberlândia).

© 2019 Global Journals

1978) algo que interfere diretamente nas oportunidades, no acesso à educação e consequentemente na formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho e que, conforme aponta Florestan Fernandes (1978), devido à esse passado de escravidão, de como se deu a abolição, seus princípios, valores e ideais que empobreceu e desvalorizou os negros no Brasil, estes carregam até hoje o estereótipo que os inferioriza.

Além disso, o projeto nacional brasileiro tinha por objetivo o clareamento das raças a fim de produzir uma população que se parecesse com os brancos europeus, mas não só na aparência, também nos costumes, visando elevar a categoria da nação à imagem e semelhança dos povos disciplinados, higienizados, organizados para o trabalho (MACHADO, 1990; FONSECA, 1994).

No Brasil, este projeto de clareamento das raças somado às dificuldades estruturais dos negros fez com que houvesse as organizações "pró-luta da população de cor" (FERNANDES, 1978), expondo negros e brancos a constantes conflitos em função da discriminação racial, que associava a imagem do negro ao atraso, à pobreza, ao perigo, à escravidão; bem diferente da discriminação de classe pura e simples. Mas estes conflitos mostram o esforço do negro, ao que Marilena Chauí (1989) chama de resistência e/ou (in)conformismo, para superar as dificuldades, instruir-se e destacar-se educacional e socialmente em relação aos menos qualificados, ocupando posições inusitadas para pessoas de cor, como de trabalhadores especializados, profissionais liberais, artistas, intelectuais e empresários (NOGUEIRA, 1985).

Mas, a despeito dos conflitos sociais existentes antes e após o escravismo institucional no Brasil, os registros oficiais do Estado e dos governos republicanos os tornaram ao menos, quase invisíveis e imperceptíveis, o que também propiciou a constituição de ideologias e teorias, tais como as da harmonia étnica e da democracia racial (NOGUEIRA, 1985).

Em função da relativa ascensão de uma classe média de cor negra, especificamente parda, em que a maior parte era de homens negros que passavam a conviver com uma camada média composta por trabalhadores imigrantes europeus que possuíam um nível sócio-econômico e educacional simétrico ao seu, era quase inevitável que procurassem suas parceiras, brancas, nestes grupos. Este processo fez aumentar o intercurso sexual entre negros e brancas (NOGUEIRA, 1985).

Nasce a partir destas relações, uma população mestiça num contexto de ascensão econômica, social e política negra; mas que negam a ascendência negra quase sempre, fazendo menção única e exclusivamente à ascendência europeia; pois, ninguém queria ser comparado as imagens degenerativas feitas ao negro, mesmo que em ascensão, mas ainda racialmente discriminado (NOGUEIRA, 1985).

Este intercurso sexual entre negros e brancas durante o período de industrialização e urbanização do país é diferente do intercurso vivido entre o branco e a negra/índia escravizadas na colônia; mas que têm características similares no que diz respeito à ideologia *da democracia racial*. Uma delas é acreditar que este processo de miscigenação foi bom para o negro por permitir a sua ascensão social e econômica através da herança que obtiveram do pai e/ou da mãe branco(a) europeu; outra é a da convivência harmônica entre as raças no Brasil ao se apoiarem na ideia de que se casam e inclusive têm filhos. No caso da primeira, além de ser uma falácia esconde a forma violenta como as negras africanas e índias brasileiras foram tomadas pelo conquistador europeu no período colonial (PAIXÃO, 2005); e no caso da segunda, esquece-se de ater ao fato de que, o negro em ascensão, assim como a branca imigrante pertencente à classe de trabalhadores, ambos faz parte das camadas de cidadãos de segunda classe no Brasil e, portanto, não há interesses maiores em sua união.

Neste sentido, a ocupação do negro nos espaços urbanos, o casamento com a mulher branca, o nascimento de mestiços, todos estes são fatores que realmente demonstram a amenização da tensão racial, mas isto não é equivalente à falta de problemas, neste caso, de preconceito e de discriminação racial (NOGUEIRA, 1985).

Com a dinâmica desenvolvimentista que a região do Triângulo Mineiro, por exemplo, e a cidade de Uberlândia especificamente, começou a apresentar, pessoas de outras partes do país começaram a migrar para esse município fazendo com que, de 1872 a 1940 o índice migratório dessa região aumentasse a sua representação em 31,3% da população e hoje, essa população migrante ser mais do que 70% da população local, segundo os dados do censo do IBGE de 2000.

Para Sá (1997) esta população imigrante, a população indígena apagada da história, os negros postos a parte ou quando muito, vistos como uma *"mancha negra que deveria ser apagada para que o progresso chegasse"* (apud FERREIRA, 2010, p.81) fazem parte de uma importante e também significativa parcela da população que deu suas contribuições para a construção não só do município de Uberlândia como à região do Triângulo Mineiro e ao Brasil como um todo. Segundo Sá (1997), a população indígena que habitava a região em seus primórdios, assim como os negros que ocupavam quilombos, os imigrantes que advinham dos sertões, dos arredores, das regiões norte, nordeste e centro-oeste do país em sua maioria carregaram hábitos naturais, de cultivo agrícola, da caça e da pesca para a sobrevivência; sem falar na herança africana Bantu, as originárias das etnias provindas do Congo, Moçambique e Angola, daí a tradição

© 2019 Global Journals

congadeira na região do Triângulo Mineiro por meio do sincretismo com o catolicismo e com o kardecismo. Eles deixaram a herança de suas culturas aos seus descendentes, que se reservam ao interagirem com a sociedade uberlandense, são bastante conservadores, fechados, escondendo seus ritos e privando-se dos conflitos com a ordem social vigente, passando isso de geração para geração de negros nascidos na cidade. Portanto, ainda presentes no século XXI, porém, diferentes e distantes dos jovens negros que pesquisamos.

O que encontramos aqui é uma população diversa, seja na cor da pele, sejam nos traços da face e estatura física, densidade corporal, tipo de cabelo, modo de falar e de se expressar, a interação que se dá a partir do encontro de "diferentes" num espaço, tempo que se (re)constrói a partir dos sujeitos que ali fazem sua história. Isso é a base e fundamentação da construção desse país e que devemos melhor explorar.

> Cada vez mais, as culturas "nacionais" estão sendo produzidas a partir de minorias destituídas. O efeito mais significativo desse processo não é a proliferação de "histórias alternativas dos excluídos", que produziriam, segundo alguns, uma anarquia pluralista (BHABHA, 1998, p. 25)

Sob essa perspectiva entendemos que o olhar para a realidade brasileira deve estar voltado para esse movimento migratório de sujeitos que trazem uma bagagem cultural, mas ao se estabelecerem num novo espaço adotam modos de vida, maneira de ser e de interagir com o outro não só com base e referência naquilo que traz mas também, naquilo que encontra e como encontra.

No caso dos negros, hoje, estabelecidos na sociedade brasileira, estes carregam marcas do passado de escravidão que foram passadas de geração para geração, mas como relatamos ao trazer Florestan Fernandes (1978), Artur Ramos (1956), Oracy Nogueira (1985), as dinâmicas sociais, políticas, econômicas criaram um espaço cultural híbrido que surge contingente e disjuntivamente na inscrição de signos da memória cultural e de lugares de atividade política (BHABHA, 1998, p. 27) em que, as lutas de resistência, os (in)conformismos, as disputas em voga resultaram sujeitos negros que ascenderam socialmente, o que permitiu frequentar escolas, formarem-se, desenvolver economicamente ao mesmo tempo em que trazem desenvolvimento para o país mas, com profunda disparidade em relação àqueles sujeitos que continuam chegando às margens das periferias urbanas, habitando as últimas ruas.

IV. Da Periferia à "Última Rua": "Jovem Negro" em sua Categoria Nativa

Ao intervirmos sobre os sujeitos investigados em nossas pesquisas de campo, não chegamos a questioná-los sobre suas origens etnicorraciais; mas questionamos sobre a naturalidade dos mesmos e constatamos que 60% deles são imigrantes vindos de áreas rurais do Triângulo Mineiro e das regiões Norte e Nordeste do país e habitam, por meio da invasão clandestina, áreas periféricas da cidade de Uberlândia onde, a infraestrutura requer asfalto, saneamento, transporte público, escolas e o tráfico de drogas é uma das atividades em constante conflito com a polícia no bairro (FERREIRA, 2007; 2010).

Não diferente desse quadro, encontramos a mesma situação quando convidada a desenvolver um projeto de inclusão social para jovens em situação de risco que se encontravam no Entulho da Prefeitura Municipal de Araraquara desenvolvendo atividades irregulares diversas (desde a coleta de materiais recicláveis ao uso de drogas). Nesse trabalho deveríamos conhecer melhor sobre a realidade desses jovens em que, a maioria era também de negros, meninos entre 10 e 19 anos, com baixo nível de escolaridade (apenas os primeiros anos do Ensino Fundamental cursado) e ainda, evadidos da escola, usuários de drogas (PMA, 2008) e residentes de áreas periféricas da cidade de Araraquara.

O mesmo constatamos ao trabalhar no atendimento de jovens sob o cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade no Centro de Atendimento Socioeducativo do Estado de São Paulo, na cidade de Araraquara. Neste, os jovens atendidos advém da macrorregião do nordeste paulista onde os municípios não têm centros de atendimento e o Estado direciona para atendimento em Araraquara. Esses jovens, em sua maioria, são de negros, com idades entre 12 e 18 anos; baixo nível de escolaridade não ultrapassando os primeiros anos do Ensino Fundamental; evadidos da escola; usuários de drogas, filhos de nordestinos que migraram para o Estado de São Paulo para trabalhar no corte de cana e, segundo suas próprias falas: residentes em áreas periféricas de suas cidades que, por serem às margens da periferia, eles chamam de "última rua". Lá onde o Estado somente se faz presente com as exíguas e nada sistemáticas rondas das viaturas policiais da corporação militar e, ainda, com as instalações prisionais a fim de demonstrar aos moradores dessa região intermediária entre o urbano e o rural, o "mato", onde as ruas sem asfalto, sem iluminação, estabelecendo o lugar dos "sem nada", especialmente de direitos.

Os dados em comum desses jovens trazem informações preocupantes, pois, além de não serem absolvidos pelo mercado de trabalho - seletivo, restrito e racista - que prioriza indivíduos preparados para atenderem às novas demandas tecnológicas operadas no contexto ocidental capitalista - são vistos como primitivos, atrasados, deficientes e fracassados diante da sociedade competitiva. O tratamento desigual passa

© 2019 Global Journals

a fazer parte da vida desses "jovens negros" que ao reivindicar seus direitos é recebido com repressão e marginalização, quando muito por medidas assistencialistas que causam dependência das autoridades que os responsabilizam pela situação de miséria que se encontram, dizendo que a violência na cidade aumenta em função do aumento da imigração (MACHADO, 1997) e da falta de moral e ética deste contingente.

Contudo, para melhor compreendermos esses "jovens negros", para além de olharmos para esse movimento imigratório, da saída de regiões empobrecidas do país em busca de melhores condições materiais de subsistência, é preciso olhar para tudo o que isso implica, quem são e como buscam interagir com a realidade que encontram pois, além de se verem desapropriados de seus direitos de cidadão nas terras de origem, se vêm também desintegrados de sua cultura de origem, de sua localidade em que ao chegar aos novos locais de destino restam-lhes ocupar os guetos urbanos, onde irão conflitar e/ou agregar com outros indivíduos na mesma situação, quase sempre não compreendendo a cultura que encontram, mesmo sendo de grupos etnicorraciais semelhantes; ou seja, os negros, que também não têm identificação alguma com os negros imigrantes de outras regiões do país inclusive, não tendo contato, nem diálogo com esses. O que vemos é o "não reconhecimento" entre os negros estabelecidos e antigos no local e estes "jovens negros" imigrantes, recentes e não organizados na cidade.

Assim sendo, sob o olhar crítico (NOBRE, 2001), esses "jovens negros" devem ser vistos a partir daquilo que expressam. Para tanto, a postura, o olhar do investigador deve estar livre de pré-conceitos os quais podem carregar valores ocidentais pré-estabelecidos sobre como estes "jovens negros" deveriam ser; atentando-se então, ao que são. Assim, como nos alerta Ramos (1956), podemos entender esse "jovem negro" na sociedade brasileira a partir do que realmente é, a partir de suas origens culturais e etnicorraciais e que tanto contribuem com a riqueza da população brasileira.

Por exemplo, é comum ver esses "jovens negros" desenvolverem hábitos baseados no que muitos estudiosos chamam de *"cultura de rua"*. Ao enfrentarem diversos problemas de ordem social acabam encontrando na rua o único espaço de convivência social, onde se juntam em gangues para demarcarem o território, lutarem por espaço e se autoafirmarem enquanto sujeitos sociais, algo que a *sociedade inclusiva* lhes nega.

Além disto, são nestes espaços, neste contexto de rua, que estes "jovens negros" denunciam as injustiças, as desigualdades, os estigmas sociais sofridos. Cria-se, então, uma *cultura de rua* que busca empoderamento através de sua origem de rua, de periferia, buscando valorizar este lugar que afirma positivamente sua identidade, e sinaliza a possibilidade de transformação a partir de seus reais desejos de mudança: o *amor*, a *paz*, a *saúde* e a *alegria* (RODRIGUES & SOUZA, 2004).

Esses quatro valores mencionados fazem parte da cultura caribenha, principalmente de origem jamaicana que, em forma de protesto e resistência às religiões europeias por parte dos diversos africanos traficados para as ilhas do Caribe no século XVII durante a escravidão, cultuam como os negros africanos de origem Sudanesa, Somaliana e Etíope, costumes do islamismo, do judaísmo e do cristianismo ortodoxo; em que, uma das formas de realizar os ritos religiosos é a performance de tambores que resgatam ritmos africanos. Esta percussão está na raiz da criação do gênero de música denominado reggae-raiz, que combina a cadência hipnótica dos tambores com harmonias simples e arranjos que utilizam guitarras e outros instrumentos com sonoridade do blues norte-americano (FERREIRA, 2010).

Trazemos este apanhado da cultura caribenha para introduzirmos o conhecimento de um dos movimentos culturais que pode expressar a origem de manifestações da cultura de resistência da juventude negra por parte de uma população também expropriada, usurpada de suas terras, de suas origens, mas que, além disso, sofre de um processo duplo de marginalização, um por parte das culturas dominantes de matriz eurocêntrica e outro por parte da própria cultura negra tradicional que se desenvolveu num contexto de enfrentamento às imposições do branco, mas que também deixa alguns grupos etnicamente semelhantes à margem do processo de suas manifestações de resistência.

Com esse contexto buscamos dialogar, pois desde a década de 1970, jovens negros ocupam o Viaduto do Chá e adjacências, na cidade de São Paulo, num movimento de afirmação de identidade (FERREIRA, 2010). Mesmo período em que surge o movimento hip hop, que emerge do processo imigratório de povos caribenhos, negros, principalmente advindos da Jamaica para os guetos de Nova York. Ou seja, toda a exclusão, marginalização e discriminação racial que estes indivíduos sofreram por parte dos brancos norte-americanos e também dos negros que não se identificavam com suas culturas e temiam que os mesmos lhes roubassem oportunidades no mercado de trabalho, é expressa pela junção em gangues, pelas festas de rua, pelas batidas dos tambores acompanhados de cantos falados por rimas politizadas ou, às vezes, banais, sexuais, além das manifestações artísticas de rua, como a dança de rua, os grafites (FERREIRA, 2010).

O movimento hip hop se expande pelo Brasil na década de 1980 com os encontros tradicionais na rua 24 de Maio e no metrô São Bento em São Paulo. E

© 2019 Global Journals

com ele vem, o estilo musical, artístico e pessoal que expressa através de manifestações culturais à ancestralidade africana. Estas manifestações socioculturais resistem às desigualdades sociais e discriminação racial sobrevivendo gerações após gerações com seus hábitos, costumes e crenças que afirmam a sobrevivência negra (FERREIRA, 2010).

Segundo o que Artur Ramos (1956) sugere e Alejandro Frigerio (2002) destaca,o jovem negro, num contexto social, com problemas educacionais, de trabalho, assistências médica e jurídica, dentre outros, traz por meio da sobrevivência cultural africana, expressões artísticas de caráter multidimensional e funde, mistura gêneros artísticos desenvolvidos fora das instituições artísticas europeias; algo que, para a cultura ocidental seriam diferentes e separados (músicas, poesia, dança, pintura) seguindo um rigor hierárquico de expressão. A expressão artística negra é uma afronta senão uma resistência a quem tudo separa, tudo classifica e tudo seleciona para estabelecer relações de poder e de conhecimento do mundo. Contudo, para compreendermos esta multidimensionalidade da performace negra e destes jovens negros, é necessário fazê-lo em seu contexto social, político, econômico, histórico e, fundamentalmente, etnicorracial.

Segundo as fontes bibliográficas e os dados pesquisados se evidencia as diferenças etnicorraciais que caracterizam este público no Brasil. As histórias sempre trataram de apontar as desigualdades sociais (importantes e quase sempre determinantes) sofridas pelo negro, aprofundando em suas análises o processo de exclusão a que são submetidos, muito também em decorrência da diversidade etnicorracial e cultural característica desta população, uma vez que foi desapropriada, desde o regime escravista, dos meios, das condições e do direito de exercerem o seu modo de vida baseado em outros valores civilizatórios.

O fato é que essa população negra antiga ou recente, estabelecida ou não integrada, reconhecida ou invisibilizada, tem dado uma importante contribuição à formação da sociedade brasileira. No entanto, a maioria desse contingente, não estabelecido, sobretudo esse, mas não só tem sido usurpado de vivenciar às suas práticas culturais, costumes, comportamentos e linguagens particulares e comunitárias, pois são atropelados por "um progresso" que ignora as diferenças, menosprezando-os e com isso os alijando das possibilidades de obterem tratamentos igualitários, equitativos, isto é de serem dignos de reconhecimento social, político e cultural.

V. Os Negros Estabelecidos e os Jovens Negros Outsiders na Sociedade Brasileira: um olhar Teórico Crítico

Ao olharmos para a sociedade brasileira tendemos a elaborar conceitos pré-estabelecidos pela lógica do *real imediato* que é a marca do pensamento hegemônico do *positivismo* em Ciências Sociais, quando devemos elevar nossos pensamentos ao domínio da crítica da razão, avançando na tarefa de apontar os problemas como eles se apresentam, devendo sempre ir além, questionando, observando, aproximando-se da realidade dentro de seu tempo e da história que se vive, ou seja,

> (...) a Teoria Crítica não se limita a descrever o funcionamento da sociedade, mas pretende compreendê-la à luz de uma emancipação ao mesmo tempo possível e bloqueada pela lógica própria da organização social vigente em que, é essa orientação para a emancipação da dominação o que permite compreender a sociedade em seu conjunto, compreensão que é apenas parcial para aquele que se coloca como tarefa simplesmente de "descrever" o que existe – no dizer de Hokheimer, aquele que tem uma concepção tradicional de ciência. (NOBRE apud HONNETH, 2003, p. 9)

Nessa citação no Prefácio da obra de Axel Honneth – Luta por Reconhecimento (2003), Marcos Nobre ao falar da Teoria Crítica esboça em rápidos traços os elementos característicos mais gerais da "Teoria Crítica" sobre a qual buscamos desenvolver um pensamento que seja a reflexão racional acerca da prática cotidiana da sociedade atual. Nesse sentido, nossa orientação é a de que, a emancipação da dominação é o que permite compreender a sociedade. Ou seja, somente descrever, basear-se em dados (sim, confiáveis, mas não suficientes) torna-se algo parcial para quem assim pretende trazer a realidade à tona. Isso tem a ver com a concepção tradicional de ciência que, de certa forma, exclui e encobre as possibilidades melhores inscritas na realidade social. O campo, a interação com a realidade, questionando o que está posto é o que nos mostrou um novo cenário a ser investigado – a da diferença entre "os diferentes" em que também gera desigualdades entre aqueles que se sentem injustiçados pelo sistema social, assim como está organizado. Nessa obra de Axel Honneth (2003) em que Marcos Nobre (2003) prefacia buscamos estabelecer um diálogo com as nossas experiências de campo.

E daí, quando falamos em "negros estabelecidos" e "jovens negros desintegrados" na sociedade brasileira, os estudos já quase exauridos sobre o tema não hesitarão em trazer uma série de argumentos enquanto base e referência para provar a situação de marginalização do negro em relação ao branco. Por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de negros é inferior ao de brancos na sociedade brasileira em que, segundo dados do IPEA, no decênio de 1991 a 2000 a população negra atingiu o IDH que saiu de 0,608 para 0,703. Enquanto a da população branca no mesmo período sai de 0,745 para 0,814 (IPEADATA, 2009). Lembrando que essa

© 2019 Global Journals

referência numérica do IDH entre 0 e 1 marca os indicadores para os quesitos saúde, educação e renda.[5]

Esses dados por si só podem dizer muita coisa e podemos tê-los como base e referência para uma série de análises e argumentações em que, nós mesmos, em nossas pesquisas acadêmicas ao basearmos em dados quantitativos chegamos a considerações às quais procuramos rever mediante posições, falas que surgiram ao longo de nossas pesquisas questionando sobre: "até onde" esses dados falam por si só? Esses dados não podem nos levar a considerações insuficientes, superficiais e até mesmo, falaciosas?

Por exemplo, ao pesquisarmos jovens negros em conflito com a lei no município de Uberlândia, conforme o estudo monográfico (FERREIRA, 2007) que foi base para nossa dissertação de Mestrado (FERREIRA, 2010), ao praticarem transgressões, 60% deles estavam evadidos da escola; 65% estavam fora do mercado de trabalho; 80% estavam em um contexto familiar matricêntrico fragilizado; em que 60% declaravam-se pobres materialmente e que agregados, além dos próprios membros da família buscavam apoio naquele seio; 90% estavam ociosos sem acesso às atividades de lazer, cultura e educação; 90% estavam envolvidos com o tráfico de drogas enquanto usuários e traficantes e em 90% dos casos estavam em situação de privação da liberdade por reincidir na prática de atos infracionais contra a propriedade (FERREIRA, 2007).

Muitos podem olhar para esses dados do IPEADATA, bem como de nossa pesquisa acima e chegar à conclusão que de fato, o negro, para além de uma situação de marginalização, pobreza, privação de oportunidades, são privados de sua liberdade.

Nesse sentido, pensar criticamente sobre os dados acima é tentar realizar um debate entre os dados e as falas que trazemos para esse artigo. Algo que nos exigirá exercício, tendo por base a teoria crítica de Axel Honneth (2003), mas a nosso ver, é o caminho para melhor pensarmos as problemáticas sociais, de ordens material e ideológica em que, as referências à obra de Marx e ao Marxismo tomadas por essa teoria têm como princípios fundamentais, a *Orientação para emancipação* e o *Comportamento crítico* nos dá sustentação para trazer as ideias de reconhecimento, enquanto caminho ao desenvolvimento humano dos sujeitos em questão; nesse caso, negros estabelecidos e jovens negros não integrados à lógica urbana, industrial e do novo capitalismo digital globalizado.

Mas, como nos emanciparmos da dominação? Como exercer um comportamento crítico frente à estrutura social vigente? Como traçarmos um debate entre nossa pesquisa e a teoria crítica?

[5] Quanto mais próximo a 0 quer dizer que pouco se atinge quanto aos ideais desses indicadores. Quanto mais próximo a 1 melhores são as chances para se atingir excelência nesses quesitos.

Segundo Nobre (2003), esses dois princípios fundamentais da teoria crítica colocam que a possibilidade de emancipação da dominação da sociedade está inscrita na forma atual de organização social, sobre como nós apreendemos a realidade social através da observação, do contato que vai além da mera descrição. Ou seja, descrever meramente os dados acima sobre o IDH entre brancos e negros na sociedade brasileira, bem como os dados de jovens negros em conflito com a lei de nossas pesquisas, faz com que se percam as melhores possibilidades inscritas na realidade social e até mesmo encobri-las.

Assim é que o reconhecimento apresentado nas obras de Honneth (2003) e Fraser (2001) também nos traz o entendimento de que ao consideramos que os jovens negros em foco necessitam ser analisados na dimensão de sua intersubjetividade, posto que o seu reconhecimento social e institucional na Fundação Casa, por exemplo, está articulado com a sua construção como sujeito social, não só como indivíduo, numa sociedade que o constrói e o reconhece a partir de uma identidade social instituída e corporificada dentro de um quadro subjetivo, pois envolve um repertório de valores e de concepções, tais como o amor, as dimensões de afeto, o direito e a justiça.

A teoria de Honneth (2003) é importante, pois considera que as identidades individuais e coletivas da qual participam esses jovens que cometeram atos infracionais não se dá sem conflitos éticos e morais atinentes a relação social com o mundo do crime e da marginalidade.

Em Fraser (2001) temos a tensão da teoria política do reconhecimento com o da redistribuição, a partir de uma base analítica que reforça o seu olhar sobre as condições objetivas e materiais da injustiça, em especial quando verificamos que a maioria dos jovens presentes na Fundação Casa como internos e na semiliberdade, por exemplo, são negros e descendentes de segmentos historicamente explorados do ponto de vista econômico e expropriados psiquicamente da sua identidade, enquanto sujeito de cidadania plena, e que a partir das concepções de Fraser (2001) vivem o caráter bivalente da raça, pois

> as pessoas de cor sofrem, no mínimo, de dois tipos de injustiça analiticamente distintos, elas necessariamente precisam, no mínimo, de dois tipos de remédios analiticamente distintos: redistribuição e reconhecimento, que não são facilmente conciliáveis (Fraser, 2001, p. 236).

Esse debate teórico deve ser também expressão de um comportamento crítico por parte de quem investiga em que, a teoria produzida deve ser a expressão de um comportamento crítico em relação ao conhecimento produzido e a própria realidade social que esse conhecimento pretende apreender. Dizer que o IDH de negros é inferior ao de brancos é um fato

© 2019 Global Journals

inegável. Contudo, é importante interrogar e argumentar sobre o contexto social, político, econômico e cultural (tempo, espaço, sujeitos) investigados com bases teórico-metodológicas racionais. Assim como os dados de nossas pesquisas em que o método quantitativo aplicado por meio de questionários nos trouxe informações relevantes, passíveis de discussão, mas que melhor podem ser explorados à medida que se adota um comportamento crítico, com base e referência teórico-metodológica crítica para explorar e interpretar as informações apreendidas.

Assim sendo, trazer para o debate acadêmico essa diferença entre "Negros estabelecidos" e "Jovens Negros não integrados" na sociedade brasileira é uma tentativa não só de descrever dados, informações com caráter de denuncismo, mas também chamar atenção para a riqueza dos múltiplos valores existentes entre os diferentes grupos etnicorraciais que constituem a sociedade brasileira e que precisam de *reconhecimento* de suas diferenças enquanto algo que tem contribuído tanto para a constituição da história de nosso país quanto para o desenvolvimento humano de cada sujeito em questão que interagimos em nossas pesquisas (FERREIRA, 2007; 2010) Nesse caso, os "Jovens Negros" em conflito com a lei e privados de sua liberdade.

Nesse sentido, ao perguntarmos: se houvesse o *reconhecimento* por parte dos "Negros estabelecidos" em relação aos "Jovens Negros não integrados" que se encontram às margens da periferia da organização social, com tudo aquilo que acompanha tal condição – o não acesso à educação, ao trabalho com dignidade, o conflito com a lei, a privação da liberdade – teríamos maiores possibilidades de livre desenvolvimento humano para esses "Negros", aqui categorizados, como um todo na sociedade brasileira?

Segundo Bauman (2000) a liberdade individual só pode ser produto do trabalho coletivo, ou seja, só pode ser garantida coletivamente. E daí, o nosso desafio nesse sentido é encontrar um nexo para pensar estes sujeitos coletivamente já que, como citamos em nossos dados iniciais, há um distanciamento entre os "Negros estabelecidos" das sociedades que pesquisamos e os "Jovens Negros não integrados" e que se encontram em conflito com a lei. Nos dizeres de Bauman (2000) o que, então, nessas circunstâncias, pode nos unir? Falar em sociabilidade nesse contexto pode ser algo flutuante, não palpável, um alvo visível a todos para mirar, mas inatingível.

As reflexões de Bauman (2000) nos levam a olhar para o conhecimento construído no Ocidente, de forma racional mas, que precisam superar essa lógica dicotômica – do branco x negro; do rico x pobre; do certo x errado; do sagrado x profano; e que, mesmo que apontamos que há "Negros estabelecidos" e "Jovens Negros não integrados" na sociedade brasileira e que há distanciamento entre esses, nosso objetivo não é dividi-los mas sim, apontar a riqueza de suas diferenças na construção de si mesmos e de nosso país. E que, portanto, devemos olhar para essa diferença no sentido de construirmos uma realidade rica, diversa e que pode ser integrada, não para homogeneizar toda uma categoria, nesse caso, os Negros, mas sim, reconhecer que a partir dessa diferença é que se constrói uma identidade social fortalecida que necessita de relação recíproca para objetivar o reconhecimento de um e/ao outro (HONNETH, 2003).

Um caminho sugerido por Bauman é a via do saber, do conhecimento (...) *com conhecimento homens e mulheres livres têm pelo menos alguma chance de exercer sua liberdade* (BAUMAN, 2000, p. 10). Embora haja concordância com esse autor, acreditamos ainda que precisamos reconhecer o quanto há em nós mesmos desse projeto iluminista, com aspirações modernas, racionais, com bases e fundamentações dicotômicas criadas na lógica ocidental. De forma que, ao pensarmos, ao construirmos conhecimento, quase sempre nos pautamos naquilo que é visível, palpável tomando como referência as teorias que seguem essa mesma lógica, mesmo que sejamos formados, constituídos numa sociedade distante desse ideal Iluminista da Europa do século XVIII, sobre a qual está construído grande parte do conhecimento ocidental, é essa postura que ainda adotamos e está na base de nossa formação.

Nesse sentido, perguntar o que é preciso *conhecer* para estabelecermos pontes firmes e permanentes conforme instiga Bauman (2000) que dialoguem com esse contexto de rupturas com os laços, os vínculos e as referências com as tradições passadas como nos coloca Appadurai (2004) significa produzirmos um conhecimento que está inscrito nessa mesma ordem social (NOBRE apud HONNETH, 2003) em que, mesmo que haja essa forte onda tecnológica da comunicação e das migrações em massa que transformam mundos e condutas pré-existentes através do rápido fluxo de imagens e mensagens gerando uma nova ordem de instabilidades na produção de subjetividades (APPADURAI, 2004) isso não é uma determinante que impede a produção do conhecimento crítico sobre a realidade, que possa olhar para o todo sociopolítico, cultural e econômico dessa sociedade.

Bauman (2000) ainda nos sugere que "o remédio" para promover o encontro, a união, a construção coletiva de uma realidade que para além de superar o distanciamento entre as pessoas, que possa perdurar para além de uma situação momentânea motivada por comoções pública, é a ágora,

> Esse espaço nem privado e nem público, porém mais precisamente público e privado ao mesmo tempo. Espaço onde os problemas particulares se encontram

© 2019 Global Journals

de modo significativo – isto é, não apenas para extrair prazeres narcísicos ou buscar alguma terapia através da exibição pública, mas para procurar coletivamente alavancas controladas e poderosas o bastante para tirar os indivíduos da miséria sofrida em particular; espaço em que as ideias podem nascer e tomar forma como "bem público", "sociedade justa" ou "valores partilhados" (BAUMAN, 2000, p. 11).

O problema é que, como o próprio Bauman (2000) coloca restaram poucas *ágoras* à moda antiga. Essas foram transferidas para espaços privados, como centros de lazer fechados - os shoppings centers onde os jovens costumeiramente se encontram – mas que raramente encontramos os "Jovens Negros" de nossas investigações. Todavia, possivelmente podemos encontra-los nas igrejas neopentecostais que abordam temas das angústias individuais desses sujeitos nessa ordem desagregadora. Mais recentemente os espaços virtuais têm se tornado espaço onde esses jovens como tantos outros compartilham suas ideias, opiniões e anseios. Mas, é possível pensar numa construção da coletividade nesses espaços capaz de integrar as diferenças?

Caso houvesse o interesse pela política e pelo político em sua capacidade de promover algo público para além de permanecer em seu cargo de representatividade pública, com certeza esses espaços poderiam oferecer aquilo que move as pessoas a acreditarem em algo construído coletivamente já que, estariam movidas pela confiança, pela segurança. Segurança essa ameaçada pelos interesses particulares que regem as instituições hoje, que tem embutido em si a lógica da separação, que busca isolar e vigiar o diverso, o diferente, o desconhecido, aquele que ameaça a ordem dos fatos. A desconfiança sobre esses espaços e suas intenções é que a destrói.

Bibliografia

1. ABRAMO, H.W. (2005). O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: M.V.Freitas. (Org.). Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais (pp. 19 – 35). São Paulo: Ação Educativa.
2. APPADURAI, Arjun. 2004. As Dimensões Culturais da Globalização. Lisboa. Teorema.
3. BAUMAN, Zigmunt. 2000. Em Busca da Política. Rio de Janeiro. Zahar Ed.
4. BHABHA, Homi. 1998. O Local da Cultura. Belo Horizonte. EdUFMG.
5. BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. A Reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1982.
6. _____. 2002. A Distinção. São Paulo. Zouk Editora, parte I.
7. CHAUÍ, Marilena. Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
8. DOUTOR, Catarina. Um olhar sociológico sobre os conceitos de juventude e de práticas culturais: perspectivas e reflexões. Última década [enlinea] 2016, (Diciembre-Sinmes): [Fecha de consulta: 19 de diciembre de 2018] Disponible em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?=1954942009 ISSN 0717-4691
9. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
10. FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro nas Sociedades de Classe. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.
11. FERREIRA, Simone de Loiola. Estudo comparativo: O Adolescente Autor de Ato Infracional no Centro e na Periferia do Capitalismo. 2007. Monografia (Título de Bacharel em Ciências Sociais) – Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.
12. _____. Adolescentes Negros: entre a inclusão e a resistência, a prática de atos infracionais. 2010. Dissertação (Título de Mestre em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.
13. FONSECA, Dagoberto José Fonseca. A piada: Discurso sutil da exclusão – Um estudo risível no "racismo a brasileira". 1994. Dissertação de Mestrado (Título de Mestre em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.
14. FRASER, Nancy. 2001. "From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a 'postsocialist' age". In: S. Seidman; J. Alexander. (orgs.). 2001. New social theory reader. Londres: Routledge, pp. 285-293.
15. HONNETH, Alex. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.
16. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativa da População: 1900 -2007. Disponível em: http://www.ibge.gov. Acesso em: 15/10/2018)
17. MACHADO, Maria Clara Tomaz. A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada – Uberlândia 1965 – 1980. 1990. Dissertação (Título de Mestre em História). Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
18. NOGUEIRA, Oracy. Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais. São Paulo: T.A.Queiroz, 1985.
19. ONU BRASIL. Governo brasileiro lança estratégia para diminuir violência contra jovens negros. 2018.

© 2019 Global Journals

Disponível em: https://nacoesunidas.org/governo-brasileiro-lanca-estrategia-para-diminuir-violencia-contra-jovens-negros/. Acesso em 19/12/2018.
20. PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. Crítica da Razão Culturalista: relações raciais e a construção das desigualdades sociais no Brasil. 2005. Tese (Título de Doutor em Ciências Humanas: Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, Abril de 2005.
21. RAMOS, Artur. O Negro na Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1956.
22. RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Classe, Raça e Mobilidade Social. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 49, nº 4, 2006, p. 833 a 873.
23. SÁ, Cláudio Alves de. Disciplinarização do espaço urbano e exclusão social. Uberlândia 1900 – 1915. Monografia (Título de Bacharel em História) 1997. Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1997.

© 2019 Global Journals